



DEBATE Senadores acompanham na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida por Antonio Carlos, as discussões da reforma. Renan Calheiros e o relator José Jorge participam

REFORMA

"Será a campanha eleitoral mais chata, mas poderá ser a mais honesta", disse ontem o relator José Jorge, ao apresentar seu parecer sobre as mudanças nas regras das eleições. O assunto foi amplamente discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. **Página 3**



COLABORAÇÃO Observados pelo relator Osmar Serraglio (E), Amir Lando e Delcídio Amaral definem o acesso a documentos sigilosos da CPI dos Correios

CPIs trabalham em conjunto

A CPI dos Correios permitirá que integrantes da CPI do Mensalão tenham pleno acesso aos dados sigilosos já obtidos. A decisão foi acertada em reunião dos presidentes das duas CPIs, Delcídio Amaral (Correios)

e Amir Lando (Mensalão). Delcídio afirmou ontem ser necessário conversar com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, antes de marcar o depoimento do doleiro Toninho da Barcelona.

Delúbio e Pizzolato depõem

Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, protagonista de transações milionárias entre seu partido, a agência SMP&B e o Banco Rural, depõe hoje na CPI

do Mensalão. Outro depoimento aguardado, na CPI dos Correios, é o de Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil. Ambos devem começar às 11h30.

Renan: é precipitado falar em *impeachment*

Ao receber manifesto pela apuração total das denúncias, presidente do Senado afirma que avanço das investigações é o caminho para o Congresso recuperar credibilidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou ontem "precipitado" falar em *impeachment* do presidente Lula. Ele notou a evolução da crise política para um desfecho sem traumas. O motivo para

isso, segundo observou, seria a ampliação do espaço para o diálogo. A melhor resposta que o Congresso pode dar à crise, conforme Renan Calheiros, é aprovar uma reforma política "profunda e radical". Ao receber um manifesto contra

"manobras que impeçam a apuração de denúncias de corrupção", o presidente do Senado fez um relato do avanço das investigações – única maneira, a seu ver, de o Congresso recuperar a credibilidade e o respeito da opinião pública.



DEPOIMENTO Valderi (E), ao lado de Efraim e Garibaldi, foi chamado à CPI dos Bingos porque renovou contrato com a Gtech por três meses

SENADORES ESTRANHAM A "SORTE" DA GTECH

Liminares concedidas pela 17ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, em favor da Gtech impediram redução de custos do contrato com a Caixa Econômica Federal. O fato, revelado por Valderi Albuquerque, ex-presidente da Caixa, em depoimento à CPI dos Bingos, causou estranheza ao presidente e ao relator da CPI, Efraim Morais e Garibaldi Alves Filho.

Agenda



Congresso pode votar LDO

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelos deputados e senadores está prevista para as 12h de hoje, quando será realizada sessão conjunta do Congresso. Às 14h, o Plenário do Senado analisa propostas de emendas constitucionais, como a

que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças (PEC 31/00), além do projeto que regulamenta a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação, áreas em que é proibida a exploração florestal.

Renan reúne-se com frente pelo desarmamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se às 9h com integrantes da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. Às 11h30, conversa com representantes das emissoras de rádio e TV; às 12h30, com o presidente da

Confederação Brasileira de Voleibol; às 14h, participa do almoço oferecido pelo presidente Lula ao presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, que depois visita o Congresso.

CPI do Mensalão ouve Delúbio

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares (foto) será ouvido pela CPI do Mensalão às 11h30. A comissão vai questionar Delúbio sobre os repasses feitos pelas contas de Marcos Valério a pessoas ligadas a políticos

e sobre novas denúncias, entre elas a de que o partido remetia dinheiro ao exterior ilegalmente. A CPI também quer saber se o ex-tesoureiro negociou a arrecadação de fundos com a Portugal Telecom.



Relações Exteriores sabatina novo diretor da Abin

A indicação de Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é o assunto da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que se reúne às 9h30. Buzanelli

assume a vaga do delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, que pediu demissão depois da divulgação de um comunicado em que se referia à CPI dos Correios como "picadeiro" e aos parlamentares como "bestas-feras".

Correios decide sobre Barcelona e ouve Pizzolato



A convocação do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, para depor na CPI dos Correios vai ser decidida na reunião administrativa marcada para as 9h30. Às 11h30, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato será questionado

pelos parlamentares. Pizzolato figura entre os beneficiários das contas de Marcos Valério, além de ser acusado de privilegiar agência do publicitário mineiro na campanha do Banco Popular. O advogado de Pizzolato pediu o adiamento da audiência, o que foi negado pelo presidente da CPI.

CPI dos Bingos e da Terra

Às 10h, a CPI dos Bingos continua a ouvir os ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal que participaram da renovação de contrato com a multinacional Gtech. Às 17h, a CPI da Terra discute "Varas Agrárias", com os juízes Luciano Godoy, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e João Ricardo dos Santos Costa, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, entre outros.

Mercosul e Assuntos Sociais

A partir das 9h30, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promove o seminário "O Parlamento e o Mercosul". No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota, entre outros, projeto que exige aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico-veterinário (PLS 156/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PEDIDO Produtores reunidos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reivindicaram o fim das vantagens tributárias para a importação de arroz

Plantadores de arroz reclamam da importação

■ Eles se dizem prejudicados pelo excedente do grão comprado no Uruguai e na Argentina

O Brasil é auto-suficiente na produção de arroz, mas a importação anual de 700 mil toneladas do Uruguai e da Argentina gera um excedente que, além de desestabilizar os preços, prejudica sobretudo os produtores do Rio Grande do Sul – estado que responde por mais de 50 % da produção nacional de arroz, de 13,3 milhões de toneladas. A análise foi feita ontem pelo presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Speroto, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que discutiu a crise do setor.

Segundo o presidente da Farsul, o custo de produção da saca de arroz é de R\$ 30, mas vem sendo vendida pelo produtor a R\$ 18. Para resolver o problema,

os produtores reivindicam o fim das vantagens tributárias para as importações de arroz, e também a adoção de salvaguardas para o grão nacional e a definição de cotas de importação. Eles pedem incentivos à exportação do arroz e apoio à venda dos grãos por meio das Aquisições do Governo Federal (AGFs) e dos Leilões de Opções Públicas, entre outras reivindicações.

A audiência teve a participação do vice-presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), Marco Aurélio Tavares, e do vice-presidente da Federação de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Juarez Petry de Souza. Estiveram presentes ainda o diretor de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos; o diretor-geral do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores, embaixador José Antônio de Carvalho; e o coordenador-geral de Administração Aduaneira da Receita Federal, Ronaldo Lázaro Medina.

Reivindicação de produtor depende do governo

O governo promove encontros com membros da cadeia produtiva do arroz, mas medidas de apoio ao setor, como a compra do excedente de grãos pelas Aquisições do Governo Federal (AGFs), dependem do repasse de verba extra pela equipe econômica. Foi o que disse ontem o diretor de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CCJ volta a discutir mudanças no processo eleitoral, a partir da proposta de Bornhausen. Ontem, após apresentar relatório preliminar, José Jorge recebeu mais emendas. Reforma visa baratear as campanhas e punir com mais rigor uso de caixa dois



SOLUÇÃO Projeto de Eduardo assegura a adoção das novas regras no próximo ano

Eduardo propõe prazo mínimo de seis meses

Preocupado com a possibilidade de a reforma eleitoral não ser aprovada a tempo de vigorar em 2006, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apresentou proposta de emenda à Constituição reduzindo para seis meses o prazo mínimo para vigência das mudanças.

– O país não aceita mais uma eleição com toda essa maquiagem – argumentou o parlamentar, referindo-se à forma como são feitas as campanhas.

Manifesto da CNBB tem o apoio de José Maranhão

José Maranhão (PMDB-PB) apoiou a declaração divulgada durante a 43ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No documento, os bispos incentivam a investigação criteriosa das denúncias de corrupção, quando “fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa”. Ele leu trecho da declaração, ponderando que a CNBB defende “serenidade” nas investigações.



DENÚNCIAS José Maranhão destaca que bispos exigem apuração criteriosa dos fatos, mas com serenidade

José Jorge: pleito de 2006 poderá ser o mais honesto

O senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma eleitoral, admite que as mudanças podem “burocratizar” as próximas eleições, por causa da pretendida proibição de comícios com *shows* de artistas, *videoclips* nas televisões e até a presença de entrevistadores de candidatos. “Será a campanha eleitoral mais chata, mas poderá ser a mais honesta”, sustentou ele, em entrevista.

Depois de ter apresentado ontem, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), um substitutivo à proposta original, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o relator recebeu mais emendas e ouviu sugestões do presidente do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso.

José Jorge informou que “já há quase um consenso” entre os partidos para que a redução do prazo de campanha não seja tão rigorosa, como foi proposto por Jorge Bornhausen, que quer 45 dias. A idéia predominante é de 60 dias de campanha, contra os atuais 90 dias. Já o prazo para propaganda obrigatória na televisão e no rádio deverá ser o mesmo, “se depender somente dos senadores”, cair dos atuais 45 dias para 35 dias, disse.

O relator explicou que a reforma eleitoral busca, entre outras coisas, reduzir os custos das campanhas eleitorais e punir com mais severidade o uso de caixa dois. Quem for con-

denado pelo uso de dinheiro de caixa dois poderá pegar até cinco anos de cadeia, se forem aceitas sugestões contidas nas emendas.

Vários pontos do projeto devem ser definidos hoje em reunião da CCJ, como, por exemplo, punição maior para boca-de-urna. José Jorge informou que alguns parlamentares sugerem que a pena de prisão de seis meses a um ano seja, no mínimo, dobrada. Hoje, se uma pessoa é punida com seis meses, a pena se transforma em multa; se de um ano, o infrator acaba tendo a pena transformada em prestação de serviços sociais. “Na verdade, hoje ninguém vai para a cadeia”, argumenta.



RIGOR Renan, entre ACM e José Jorge (D), diz que é preciso acabar com qualquer influência do poder político e econômico

Renan prega transparência no processo eleitoral do país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse concordar com a necessidade de garantir igualdade de oportunidades e transparência no processo eleitoral. Ele ressaltou que a reforma política deve ser feita em curto prazo para “acabar com todas as formas em que o poder político ou econômico se manifesta”.

O senador fez essas declarações durante a discussão, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

do projeto de lei que altera a legislação eleitoral. A seu ver, essas mudanças são exigidas pela sociedade e, portanto, devem ser promovidas.

– Se as próximas eleições forem realizadas pelas velhas regras, vamos ter uma repetição dos velhos erros, dos velhos crimes e dos vícios com os quais a sociedade mais uma vez se depara – alertou.

Renan também defendeu o aprofundamento das investigações em curso nas CPIs.

Antonio Carlos quer garantir regras já em 2006

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza hoje, às 9h30, a segunda reunião de discussão do projeto de reforma eleitoral.

Para o presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), será difícil promulgar as novas regras até o dia 3 de outubro, para que possam valer já em 2006. Por isso, ele sugeriu a apresentação de proposta de emenda à Constituição alterando esse prazo.



CAUTELA Papaléo Paes se manifesta contrário à aprovação de mudanças de maneira precipitada

Papaléo defende presença do povo nas discussões

Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu maior participação popular na reforma política que está sendo elaborada no Congresso Nacional. O parlamentar se manifestou contrário a uma reforma de maneira açodada, “para disfarçar a crise moral pela qual passa a instituição política”.

– Não podemos decepcionar aqueles que representamos; não podemos ofender a sociedade civil – advertiu.

Mão Santa: “É preciso purificar o Congresso”

Mão Santa (PMDB-PI) considerou pertinente a discussão de mudanças na legislação eleitoral, mas sustentou que a urgência é purificar o Congresso, diante das denúncias de corrupção envolvendo parlamentares aliados e o governo.

Ele elogiou o projeto de Jorge Bornhausen. “Nunca dantes houve tanta corrupção. Essa é a reforma que tem de ser feita, premiando os bons e punindo os maus parlamentares”.



EXEMPLO Para Mão Santa, reforma política premia os bons e pune os maus parlamentares



Delcídio Amaral e Amir Lando chegam a acordo sobre transferência de informações da CPI dos Correios para a do Mensalão. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-diretor do BB Henrique Pizzolato depõem hoje nas comissões

Depoimento de doleiro gera dúvidas na comissão

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), em entrevista, considerou a necessidade de uma conversa com o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, para definir como a CPI deve proceder após o depoimento do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Uma delegação foi ouvir o doleiro na última terça-feira em São Paulo e ele prometeu fazer revelações se conseguisse benefícios para reduzir a sua pena.

– Vamos conversar com o procurador-geral da República em função da delação premiada, condição que eu entendo absolutamente importante para o depoimento – afirmou.

Delcídio observou também que vai estudar junto com os integrantes da comissão a íntegra do depoimento de Toninho da Barcelona para “fazer uma



NEGOCIAÇÃO Delcídio vai debater com procurador benefício da delação premiada para doleiro

avaliação clara antes de tomar qualquer tipo de providência”, como sua vinda à CPI.

– É preciso tranquilidade, serenidade e fazer as coisas com bom senso e com lógica, senão [a CPI] perde o foco.

O senador ressaltou a importância de se manter o foco das investigações, já que, em sua

opinião, não adianta tentar investigar tudo – as remessas de recursos para o exterior denunciadas pelo doleiro estão ligadas às investigações da CPI do Banestado.

– Cada dia com sua agonia. Vamos avaliar com os parlamentares, ouvir a Procuradoria. Não podemos atropelar as coisas, temos que ter bom senso para não fazer um depoimento, criar uma espécie de comoção nacional e, quando for efetivamente analisado, você expôs pessoas, criou uma série de dificuldades para o país e não encontrou resultado nenhum.

Delcídio Amaral anunciou que, hoje, será discutida a possibilidade de uma delegação de parlamentares da CPI ouvir os dois doleiros de Belo Horizonte citados no depoimento do publicitário Duda Mendonça – Jader Kalil e Haroldo Bicalho.



ENTENDIMENTO Amir Lando (C) diz que comissão vai examinar as informações sobre deputados acusados de envolvimento com o “mensalão”

CPI do Mensalão terá acesso a documentos sigilosos

Em reunião fechada com o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), obteve pleno acesso dos integrantes de sua comissão aos dados sigilosos já obtidos pela outra CPI.

Para operacionalizar oficialmente a providência, a CPI do Mensalão aprovou ontem os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico que ainda não haviam sido votados pela comissão.

Segundo Amir Lando, os dados relativos à lista de 18 depu-

tados com indícios de receber mesada serão enviados à CPI do Mensalão, antes de seguir para o Conselho de Ética da Câmara, uma vez que foi esse o objetivo principal que levou à criação dessa comissão.

– Depois de examinar a documentação coletada e a defesa por escrito recebida de cada parlamentar envolvido, vamos decidir se haverá necessidade de aprofundar as investigações e tomar novos depoimentos, por escrito ou de viva voz dos deputados, para dar-lhes amplo direito de defesa – explicou.

À espera de acordo sobre delação premiada

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou que está aguardando as negociações dos advogados do doleiro Toninho da Barcelona com a Procuradoria Geral da República, em relação à concessão do benefício da delação premiada.

– Existem dúvidas jurídicas, pois ele não é um simples acusado, mas um condenado, e condenado não pode negociar delação premiada.

Para o senador César Borges (PFL-BA), membro da CPI, a

delação premiada deve ser negociada e a vinda de Toninho da Barcelona ao Congresso é fundamental, para que ele possa apresentar as provas do que declarou.

Já para a senadora Ideli Salvati (PT-SC), que também compõe a comissão, o doleiro “fez uma verdadeira chantagem com a nação em benefício próprio”.

Pizzolato

A CPI faz hoje reunião administrativa, antes do depoimento do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique



QUESTÃO Serraglio reconhece que há dúvidas sobre concessão de benefício a Toninho da Barcelona

Pizzolato, marcado para as 11h30. O ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães será ouvido na próxima terça-feira.

Ex-tesoureiro do PT presta hoje novo depoimento

A CPI do Mensalão ouviu hoje, a partir das 11h30, um dos personagens principais da crise que deu origem às investigações: o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Para o relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), embora Delúbio já tenha comparecido à CPI dos Correios, sua oitiva é fundamental.

– Entre o primeiro depoimento do senhor Delúbio Soares e

essa data, houve acontecimentos numerosos, que põem em dúvida muitas das afirmações que ele fez sobre pagamentos, origem dos recursos, de maneira que se tornou realmente necessário ouvi-lo novamente. Há a necessidade de confrontá-lo com novos fatos – defendeu.

Ibrahim Abi-Ackel afirmou ainda que a comissão não está “patinando”, como criticam alguns parlamentares.



Antonio Carlos reclama do andamento de investigação

Uma intervenção do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – foto –, reclamando do andamento dos trabalhos da CPI do Mensalão, provocou ontem debate em Plenário.

– A CPI do Mensalão não quer apurar, pelo seu presiden-

te e pela inteligência afiada do seu relator.

Sibá Machado (PT-AC) contestou, afirmando que é membro das CPIs do Mensalão e dos Correios e testemunha de que os trabalhos de ambas as comissões estão sendo con-

duzidos de forma isenta. Sibá disse estranhar que a imprensa divulgue documentos que sumiram da CPI dos Correios e denunciou ter sido veiculada na mídia gravação clandestina de uma reunião reservada.

Heráclito Fortes (PFL-PI)

cobrou de Sibá os nomes dos autores da suposta gravação clandestina e dos sumiços de documentos. Já Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que os requerimentos não estão sendo votados na CPI dos Correios, da qual é membro.



Para o presidente do Senado, é precipitado falar em *impeachment*, pois a crise evolui para um desfecho sem trauma. Ao contrário, Jefferson diz que Lula sabia das práticas ilícitas e deve ser responsabilizado. Já Suplicy propõe a vinda do presidente ao Congresso

Impeachment não está em pauta, afirma Heloísa

Ao saudar os participantes da marcha realizada ontem em Brasília, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o objetivo dos protestos não foi a defesa do *impeachment* do presidente Lula.

– *Impeachment* nem faz parte de nosso calendário – disse.

Heloísa ressaltou que eventuais decisões de impedimento ou de antecipação de eleições devem ser tomadas com a participação da população.

Gerardo Magela



DIÁLOGO Renan Calheiros (C) recebe representantes das associações de magistrados e de membros do Ministério Público

Renan defende o diálogo para a superação da crise

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera precipitado falar em *impeachment* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse considerar que há uma evolução óbvia da crise política para um desfecho sem traumas para o país, pois, acredita, está se ampliando o espaço do diálogo. “Nós não vamos ter um desfecho dessa ordem”, afirmou, afastando a possibilidade de impedimento do presidente da República.

– Não tivemos conclusão das investigações das CPIs ainda. E, se não tivemos essas conclusões, como falar em *impeachment*? O que temos é que cuidar das investigações, garantindo o direito de defesa de quem for acusado. Não dá

para atropelar a formalidade processual – observou.

Renan explicou por que considera que a crise política está ganhando espaço no plano do diálogo.

– Acho que há uma evolução da ampliação do espaço da conversação, que é um espaço estreito. A entrevista em que o presidente Lula mostrou-se indignado e pediu desculpas em nome do PT e do governo foi importante – enfatizou.

As duas principais consequências da fala presidencial, na opinião de Renan, foram o comportamento dos partidos de oposição, que deixaram de falar em *impeachment*, e o discurso em que o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou

que Lula não cometeu crime de responsabilidade.

Reforma política

Para o senador, a melhor resposta que o Parlamento pode dar à crise é aprovar uma reforma política profunda e radical. Renan lembrou que o Senado já realizou a primeira parte dessa reforma e garantiu que a Casa concluirá a segunda parte nesta semana, a fim de que a Câmara tenha tempo de aprová-la para que as mudanças já vigorem nas eleições de 2006.

Renan Calheiros defendeu medidas como a redução do custo de campanhas, a transparência nos pleitos e novas regras para que o financiamento das candidaturas seja mais fiscalizado pela sociedade.

Magistrados cobram apuração rigorosa

Após receber ontem um manifesto contra “manobras que impeçam a apuração das denúncias de corrupção”, elaborado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp), o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, elogiou a mobilização de entidades da sociedade civil. Ele disse que essa interação aprimora o trabalho político.

Renan relatou o que tem feito para facilitar o avanço das

investigações, dizendo ser essa a única maneira de o Congresso recuperar a credibilidade e o respeito da opinião pública.

– Eu tenho dado força às investigações e vou continuando. A sociedade quer que tudo seja esclarecido. Nós temos que investigar, punir e também cuidar da cura, mudando a legislação político-eleitoral – acentuou.

O presidente da AMB, Rodrigo Collaço, disse que o propósito do manifesto é mostrar que os magistrados não aceitam qual-

quer tipo de acordo que possa acobertar responsabilidades e, ainda, deixar clara a disposição da categoria de colaborar para “o resgate da ética na política brasileira”.

Já o presidente da Conamp, João de Deus Duarte Rocha, afirmou que as instituições estão vigilantes e que vão cumprir o seu dever. Ele defendeu a modernização da fiscalização e do controle da Justiça Eleitoral com mecanismos como a informatização da prestação de contas das campanhas eleitorais.

Jefferson Péres: Lula sabia dos desvios no PT

Jefferson Péres (PDT-AM) disse não ter dúvidas de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia da captação de recursos irregulares para financiar campanhas do PT. As evidências da culpabilidade do presidente estariam, segundo Jefferson, em declarações do ex-petista César Benjamin à TV Bandeirantes e do jurista e petista Hélio Bicudo à revista *Veja*. Ambos apontam irregularidades na prática do PT.



PARTICIPAÇÃO Heloísa: decisão de impedimento do presidente deve envolver a população brasileira

Suplicy pede que Lula compareça ao Congresso

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o comparecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso para que possa dialogar com deputados e senadores e dar explicações sobre as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo federal e do Partido dos Trabalhadores.

Para Suplicy, a contribuição do presidente para desvendar acusações é muito importante.



DEBATE Suplicy propõe o diálogo direto do presidente com os parlamentares sobre as denúncias



PROVA Para Jefferson, há evidências de que o presidente conhecia prática de captação de recursos usada no PT

Para Virgílio, povo quer corrupção fora do Planalto

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito ontem em Vitória da Conquista (BA). O parlamentar concordou com afirmação do presidente de que “não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Planalto”.

– Mas é a população brasileira inteira que quer tirar a corrupção de dentro do Palácio do Planalto – completou Virgílio.



COMENTÁRIO Arthur Virgílio critica discurso feito pelo presidente da República durante evento na Bahia



Ex-presidente da Caixa Econômica Federal afirma que a estatal planejava mudar o modelo de gerenciamento de loterias, originalmente a cargo da multinacional norte-americana

Agripino e Virgílio pedem abertura de contas de Lula

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), e o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), entregaram ontem na Procuradoria Geral da República ação pedindo a reabertura das contas de campanha declaradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas contas, diz Agripino, deverão ser confrontadas com os números passados à CPI do Mensalão, pelo publicitário Duda Mendonça, sobre a campanha de Lula em 2002.



MOTIVO A ação de Agripino (foto) e Virgílio foi motivada por dados apresentados por Duda Mendonça

Tebet sugere comparecimento do presidente

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu, em Plenário, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareça ao Congresso e explique à nação o que sabe sobre os atos de corrupção que macularam a legenda do PT e envolveram seu nome.

Para o senador, em que pesem as declarações de Lula à população, na semana passada, “o presidente não tomou nenhuma atitude concernente com sua autoridade de chefe da nação”.



OMISSÃO Para Tebet, presidente não tomou atitude concernente com a autoridade de chefe da nação



REPETIÇÃO Valderi Albuquerque (E) diz à CPI dos Bingos que juíza sempre dava ganho de causa à empresa do ramo de jogos

Liminares mantiveram contrato com a Gtech

Em depoimento ontem à CPI dos Bingos, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Valderi Albuquerque informou que, ao assumir a estatal em 2002, tomou conhecimento que ela já estava se preparando para mudar o modelo de gerenciamento dos jogos lotéricos, até então a cargo da multinacional Gtech. O objetivo da Caixa seria gerenciar as loterias por conta própria.

Entretanto, relatou o ex-presidente, todas as tentativas de implantar um novo tipo de licitação, ou de baratear o custo do contrato com a Gtech, foram

impedidas pela multinacional durante as negociações. Ou por meio de liminares na Justiça a favor da Gtech. Valderi relatou que tais liminares sempre eram concedidas na 17ª Vara Federal, em Brasília, e com a mesma juíza. O Ministério Público investiga o caso desde maio de 2004.

Valderi informou que, com tais fatos, a Caixa teve que renovar o contrato com a Gtech por 90 dias, o que ocorreu durante a transição para o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele afirmou que a renovação foi discutida e acordada com o atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso,

que então já havia sido indicado para o cargo. O depoente frisou, ao ser questionado pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que nunca soube de “propostas indecorosas” para a renovação de qualquer contrato da Caixa.

O senador Flávio Arns (PT-PR) pediu que a comissão solicite cópia das liminares concedidas em favor da Gtech. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), também estranhou a concessão das liminares.

– Precisamos avaliar por que, numa mesma vara, um mesmo juiz sempre deu ganho de causa à Gtech – avaliou Garibaldi.

Efraim Morais cita Hélio Bicudo em críticas ao PT

O senador Efraim Morais (PFL-PB) lamentou que a cúpula do PT tenha se afastado dos ensinamentos do jurista e petista Hélio Bicudo, que analisou a atual crise política em entrevista à revista *Veja*. O pefelista comparou Bicudo a um “oráculo” e considerou suas declarações “densas e sinceras”.

– A verdade é que a índole da cúpula do PT e do governo Lula não é boa. Daí terem deixado de lado uma figura como Bicudo e optado por figuras como Delúbio Soares [ex-tesoureiro] e Sílvio “Land Rover” Pereira [ex-secretário-geral] – afirmou.

Ao discursar ontem, Efraim relatou, por exemplo, a crença do petista histórico no conhecimento de Lula sobre a forma como os fundos de campanha estavam sendo angariados e gastos. Além de classificar o presidente da República como centralizador, Bicudo creditou a ele a condição de “mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete”.

– O perfil centralizador da legenda permitiu que a cúpula agisse à revelia da militância – declarou.

Senado solicita dados sobre depósitos no Banco Santos

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento (1.407/04) do senador César Borges (PFL-BA), pedindo ao Ministério da Fazenda relação das entidades públicas federais que tinham recursos depositados no Banco Santos.

Segundo a justificativa da proposição, o requerimento foi motivado pela decisão do Banco Central, em novembro de 2004, de intervir no Banco Santos. Em maio deste ano, o BC determinou sua liquidação.

O requerimento obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), justificou que “é dever do Congresso fiscalizar a aplicação dos recursos da União”.



César Borges



CONVOCAÇÃO Capiberibe deseja ouvir o Itamaraty e a diplomata sobre episódio em Moçambique

Capiberibe quer explicações de embaixadora

O senador João Capiberibe (PSB-AP) comunicou ontem que apresentou requerimento para esclarecer notícia divulgada pelo jornal *Zambeze*, de Moçambique, acusando de racismo a embaixadora do Brasil naquele país, Leda Lúcia Martins Camargo. A diplomata teria chamado de “porcos” dois funcionários de um centro comercial da capital Maputo, ao ser impedida de entrar no local com um cão.

Capiberibe quer que o Ministério das Relações Exteriores esclareça o episódio e também propôs que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convoque a embaixadora para se explicar.

O senador ainda lembrou que no próximo fim de semana ocorrerá em Brasília congresso de seu partido. Ressaltou que o evento será marcado pelo vazio deixado pelo presidente Miguel Arraes, falecido no dia 13.

Senador presta solidariedade a diplomata

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), desmentiu o jornal moçambicano *Zambeze* que acusou de prática de racismo a embaixadora do Brasil naquele país, Leda Lúcia Martins Camargo. Virgílio, ao prestar sua solidariedade à embaixadora, disse que a conhece e que ela não é racista. Leda Lúcia jamais envergonharia a nação, afirmou o senador, que leu em Plenário nota que a embaixadora enviou ao jornal *Zambeze* afirmando seu respeito ao país.

– Ao contrário, a embaixadora foi lá promover integração entre Brasil e Moçambique e jamais para dividir um país que descende de negros, como nós – afirmou o senador.

Urgência para projeto sobre uso de floresta pública

O Plenário do Senado aprovou ontem regime de urgência constitucional, com prazo determinado de 45 dias, para a tramitação do projeto de lei que regulamenta o uso sustentável das florestas públicas brasileiras (PLC 62/05). O projeto, cujo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis perante a CCJ.

Os principais objetivos da proposição são: regulamentar a gestão de florestas em áreas públicas (domínio da União, estados e municípios); criar o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) como órgão regulador da gestão das florestas públicas e fomentador das atividades florestais sustentáveis no Brasil; e criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal voltado para o desenvolvimento tecnológico, promoção da assistência técnica e incentivos para o desenvolvimento florestal sustentável.

José Alencar é internado em SP

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) informou ontem que o vice-presidente da República, José Alencar, foi internado às pressas em São Paulo para desobstruir uma artéria. Segundo o parlamentar, José Alencar passou mal em seu gabinete e teve de ser transportado àquela cidade. Pelas informações que repassaram ao senador, o procedimento cirúrgico foi um sucesso.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), na presidência da sessão plenária, desejou pronto restabelecimento a José Alencar. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), também expressou votos de sucesso no tratamento do vice-presidente.

Maguito pede licença de 120 dias

Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou requerimento ao Plenário solicitando licença de 120 dias para tratamento de saúde e resolver assuntos de interesse particular. Assume o seu lugar nesse período a 1ª suplente, Íris Araújo, também do PMDB.

Maguito exerce, entre outras funções, a vice-presidência da CPI dos Correios, que investiga o envolvimento de políticos e de agentes públicos em práticas de corrupção.



PRESERVAÇÃO Projeto em tramitação cria órgão regulador da gestão de florestas, que irá coibir corte ilegal de árvores

Congresso deve votar hoje LDO para 2006

■ Comissão de Orçamento aprova substitutivo após acordo inédito assinado pelos líderes

A votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, pelo Congresso, foi adiada para hoje. O relator da proposta, deputado Gilmar Machado (PT-MG), esclareceu que o adiamento foi determinado pela necessidade de um transcurso mínimo de 24 horas entre a publicação do

Virgílio quer novo nome para Zona Franca de Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a destacar a importância da proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) que troca o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, discutida ontem pela terceira vez no primeiro turno. A matéria constará novamente da ordem do dia de hoje, quando transcorre a quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Ao defender a proposição, da qual é o primeiro signatário, o senador observou que seu estado abriga o terceiro pólo industrial do país e responde por 62% dos tributos federais oriundos da região Norte. Assinalou ainda que cerca de 7% do PIB industrial do país é gerado nesse pólo de desenvolvimento.

– Esse é um projeto de desenvolvimento regional que deu certo – observou.

relatório final acolhido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e sua análise pelo Congresso.

O substitutivo foi aprovado na CMO depois de acordo inédito com assinatura de quase todos os líderes partidários. O entendimento estabelece que, mesmo se o presidente da República vetar itens negociados na comissão, os parlamentares restabelecerão os acertos quando for votado o projeto da Lei Orçamentária, que deve ser apresentado ao Congresso ainda este mês.

O acordo agradou a bancada

ruralista, que quer preservar no texto final alteração obrigando o Orçamento do próximo ano a prever gastos com renegociações de dívidas de agricultores. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, alega não poder aceitar dispositivo sem saber o impacto que poderá gerar nas contas públicas.

Uma segunda mudança proíbe ao governo bloquear recursos originários de receitas das agências reguladoras. O substitutivo também adota proposta de reajuste linear para servidores públicos, segundo variação do PIB *per capita*.

Aprovada nomeação de embaixadores

O Senado aprovou ontem diversas indicações de embaixadores feitas pelo governo. Todos os nomes haviam sido acolhidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Muitos dos diplomatas acumularão a chefia de embaixadas em mais de um país.

- ◆ Ricardo Luiz Viana de Carvalho vai acumular os cargos de embaixador no Suriname (América do Sul) e em Santa Lúcia (Caribe).
- ◆ Gilda Maria Ramos Guimarães, que já é embaixadora do Brasil em Trinidad e Tobago, também chefiará a embaixada na Comunidade da Dominica. Esses países ficam no Caribe.
- ◆ Cesário Melantonio Neto, embaixador na Turquia, acumulará as funções no Azerbaijão. Ambos são países asiáticos.
- ◆ Marcos Caramuru de Paiva, que já chefiará a missão diplomática do Brasil na Malásia, comandará o corpo diplomático em Brunei. Os dois países ficam na Ásia.
- ◆ Lúcio Pires de Amorim vai acumular as funções de embaixador nos seguintes países africanos: África do Sul, República de Maurício, Lesoto e em Botsuana.
- ◆ Antônio José Rezende de Castro, embaixador do Brasil no Quênia, também chefiará as embaixadas em Uganda e Burundi, todos na África.
- ◆ Renato Luiz Rodrigues Marques vai acumular os cargos de embaixador junto à Ucrânia, à República de Moldova (no

leste europeu), e à República Quirguiz (na Ásia Central).

- ◆ José Augusto Lindgren Alves, que chefiará a embaixada do Brasil na Bulgária, também comandará a embaixada na Bósnia. Os dois países se localizam na Península Balcânica, na Europa.
- ◆ José Vicente de Sá Pimentel, que já é embaixador brasileiro na Índia, exercerá esse cargo junto ao Sri Lanka, às Maldivas e a Bangladesh. Todas essas nações são asiáticas.
- ◆ Leda Lúcia Martins Camargo vai acumular os cargos de embaixadora do Brasil junto aos seguintes países africanos: Moçambique, Suazilândia e Madagascar.
- ◆ José Viegas Filho, que é embaixador brasileiro na Espanha, também comandará a embaixada junto a Andorra, principado vizinho daquele país.
- ◆ Fausto Marthá Godoy acumulará a chefia das embaixadas brasileiras no Paquistão e no Tadjiquistão, países da Ásia Central.
- ◆ Ivan Oliveira Cannabrava foi nomeado embaixador do Brasil junto ao México e a Belize (América Central).
- ◆ Mauro Mendes de Azeredo foi nomeado embaixador do Brasil junto à Grécia.
- ◆ Kátia Godinho Gilaberte vai acumular a chefia das embaixadas brasileiras junto ao Senegal e a Gâmbia, na África.
- ◆ José Jerônimo Moscardo de Souza, que já chefiará a embaixada brasileira na Bélgica, será embaixador também em Luxemburgo.
- ◆ Júlio César Gomes dos Santos foi nomeado embaixador na Colômbia.

Emenda à PEC da aposentadoria compulsória

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador José Jorge (PFL-PE) às emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que eleva a idade da aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos.

Com a emenda do relator, o parágrafo 1º do artigo 40 da Constituição passa a estabelecer dois limites para a aposentadoria compulsória dos servidores, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição: aos 70 anos de idade ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar. Pela atual legislação, a aposentadoria é compulsória aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

José Jorge rejeitou as alterações relativas a idade máxima para nomeação de ministros dos tribunais superiores. A matéria volta ao Plenário.



Roosevelt Pinheiro

HOMENAGEM Pedro Simon lembra que Arraes "gostava dos pobres e não defendia a luta armada"

Simon exalta memória de Miguel Arraes

Pedro Simon (PMDB-RS) homenageou a memória do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, falecido no último sábado, aos 88 anos. O senador relembrou momentos da vida política do ex-governador e episódios da sua convivência com ele no antigo MDB.

– Assim como Tancredo, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Ulysses, Arraes não deixou sucessores. Arraes, você gostava dos pobres, dos humildes, e não defendia a luta armada. Defendia que os mais pobres pudessem subir alguns degraus na vida e lutou por isso a vida inteira – disse Simon, que recebeu apertes de apoio de vários senadores.



PRIORIDADE Bornhausen destaca aparelho que pode radiografar o câncer em toda a sua extensão

Bornhausen pede urgência para lei de radioisótopos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) fez apelo ontem para que se incluía, na pauta de votações da Câmara dos Deputados, como parte da agenda positiva, o exame da Proposta de Emenda à Constituição 7/03, que trata da autorização para produção e comercialização de radioisótopos. Ele lembrou que o projeto já foi aprovado no Senado.

Bornhausen relatou ter participado ontem do programa *Cidadania*, da TV Senado, no qual conversou com a médica Valéria Guimarães sobre o combate ao câncer de tireóide. O senador afirmou que precisou levar sua esposa, enferma, aos Estados Unidos, porque o Brasil não possuía, naquela ocasião, o aparelho PET Scan, capaz de radiografar o câncer em toda a sua extensão.

– Hoje soube que já temos o aparelho em Brasília. Nos Estados Unidos, encontrei o médico chefe de Medicina Nuclear do Hospital Albert Einstein, Jairo Wagner, que me disse que o problema para aquisição do aparelho era de ordem constitucional, pois a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) exerce o monopólio da produção de radioisótopos – assinalou o senador.

Bornhausen informou que a produção atual de radioisótopos é insuficiente, considerando que têm vida curta, de apenas duas horas, e sua produção, por isso, deve ser realizada próxima ao local de utilização. Ele pediu que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, “coloque em primeiro lugar a vida” e incluía o projeto na pauta.

Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, disse que o acesso ao PET Scan é privilégio daqueles que podem pagar.

TV Senado vai transmitir por sinal aberto às capitais

■ Presidente Renan Calheiros anuncia que a expansão da emissora será financiada pelo BID

O presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, disse ontem, após encontro com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que novo financiamento deverá ser feito com a instituição. Segundo Renan, os recursos do “financiamento dois”, como ele o denominou, permitirão expandir a área de comunicação. A prioridade, conforme disse, é transformar a TV Senado – atualmente operando em sistema a cabo – em TV aberta.

Renan informou que a TV Senado, ainda este ano, fará transmissão por sinal aberto a cinco capitais brasileiras e, em 2006, todas as demais capitais serão atendidas.

– Transmitir a TV Senado como TV aberta favorece a integração nacional e faz com que o Senado aprimore o cumprimento do seu papel constitucional e legitime a representatividade – observou.

Renan Calheiros salientou que o primeiro acordo com o BID financiou 50% dos 34



MODERNIDADE Novo sinal da TV Senado será recebido, inicialmente, por cinco capitais brasileiras, favorecendo a integração nacional

milhões de dólares que permitiram a modernização do Senado e a criação do programa Interlegis. O senador explicou que o Interlegis integrou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, todas as assembleias legislativas e quase 4 mil câmaras municipais. A meta para este ano, enfatizou ele, é integrar mais 500 câmaras municipais.

Despedida de Iglesias

Renan Calheiros recebeu ontem o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que veio despedir-se e agradecer o apoio do Senado àquela instituição. O presidente da Casa também agradeceu o apoio do BID, que permitiu ao Senado desenvolver o Programa Interlegis.

Camata discute tecnologia digital com ANJ

TV digital, telefonia celular e Lei Geral de Telecomunicações. Esses foram alguns dos assuntos discutidos ontem entre o senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE), e Paulo Tonet Camargo, diretor da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e diretor-geral do Grupo RBS em Brasília.

Camata sugeriu que a imprensa poderia “abraçar” duas causas: a “interiorização” das vagas das universidades públicas, tornando seus cursos acessíveis aos estudantes mais pobres que não vivem em grandes cidades, e o objetivo de alcançar a meta de 30% de vagas noturnas nessas mesmas universidades.

Ao tratar da TV digital – cujo

padrão a ser adotado no país ainda não foi decidido –, o senador afirmou que o Brasil “já está com um atraso de cinco anos em relação a essa definição”. Ele ressaltou, ainda, que essa nova tecnologia “é revolucionária em vários sentidos e cria um novo mercado”.

Camargo concordou com Camata e acrescentou “que o Brasil não pode ficar atrasado em relação ao mundo e à própria América Latina”.

– Em investimentos desse gênero, o mais importante é determinar o modelo de negócios a ser utilizado – frisou.

Camata não apóia a idéia de se desenvolver um padrão de TV digital próprio para o país.

– Não podemos cometer o mesmo erro do regime militar,

– Estou deixando o BID depois de 18 anos e queria cumprimentar o presidente do Senado e, na pessoa dele, toda a instituição legislativa – disse Iglesias.

No encontro, Renan e Iglesias discutiram também o 1º Censo do Legislativo Brasileiro, lançado em junho pelo presidente do Senado e que representa a maior pesquisa já realizada sobre o Poder Legislativo no país. Já estão concluídos os trabalhos de levantamento em mais de 3.200 das 5.562 câmaras municipais.

O censo deverá ser concluído até setembro. O próximo passo dessa parceria é a implementação do Interlegis II, que consiste na expansão do programa para a totalidade de câmaras de vereadores.

que desenvolveu um padrão de transmissão de imagens, o PAL-M, que era derivado de um sistema alemão, e que “hoje só existe no Brasil e no Laos”. Todo o resto do mundo usa o padrão NTSC – argumentou Camata.

Sua posição está em sintonia com o que pensa o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que prefere adotar um dos padrões já existentes no mundo a criar outro. Sobre as novas tecnologias de telefonia celular, Camata lembrou que o 3G, que permite o envio de sinais de televisão para celulares, já chegou ao país e ressaltou ser necessário respeitar a Lei Geral de Telecomunicações, fazendo com que o conteúdo que vier a ser transmitido seja produzido por brasileiros.

Subcomissão da Amazônia elege presidente e vice

Os integrantes da Subcomissão Permanente da Amazônia elegeram ontem como presidente e vice-presidente os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO), para o biênio 2005-2006. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi indicado para ser o relator da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Mozarildo disse que assumir a presidência da subcomissão é um “desafio do tamanho da Amazônia” e que a prioridade de sua gestão é inserir a região na agenda nacional, pois representa 60% do território nacional. Na opinião do senador, a Amazônia é vista como problema e não como elemento de solução para os problemas brasileiros. Para ele, essa imagem precisa mudar.

– Temos condições de discutir de forma racional e apresentar soluções para a Amazônia – observou Mozarildo.

José Jorge apóia governo de Pernambuco

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou ontem seu apoio à posição adotada pelo vice-governador de Pernambuco, José Mendonça Filho, que se recusou a assinar um termo de compromisso em defesa do Projeto da Transposição do Rio São Francisco em reunião na terça-feira na Casa Civil. O objetivo da reunião era obter o apoio dos governadores dos estados envolvidos na proposta. Mendonça Filho encontrava-se no exercício do cargo de governador devido à viagem de Jarbas Vasconcelos ao exterior.

O termo é uma exigência da Agência Nacional de Águas (ANA) para conceder a outorga definitiva para o uso das águas do rio, informou o senador.

O governador em exercício, explicou José Jorge, defendeu a posição do estado de Pernambuco de não aceitar a proposta de transposição nos termos que vem sendo defendida pelo governo federal, por considerá-la prejudicial aos interesses do estado.